

MUDANÇAS NO ENSINO DA GEOGRAFIA DA DÉCADA DE 1990 E 2010

Gustavo Ferreira PRADO ¹

Renata Luígia C. GARCIA ²

Hélder Henrique Jacovetti GASPEROTO ³

RESUMO

A disciplina de geografia passou por mudanças e este trabalho se empenha na discussão dessas mudanças ocorridas da década de 1990 e 2010 comparando os dois momentos, visando a atender às novas necessidades conceituais da geografia enquanto disciplina rumando para novos caminhos e novas abordagens que possibilitem aos alunos uma maior compreensão espacial e social, visando a obter uma sociedade consciente que transforme o ambiente com discernimento e sustentabilidade.

Palavras – Chaves: Saber geográfico. Espaço geográfico. Socioambiental.

INTRODUÇÃO

A geografia explica como as sociedades produzem o espaço, conforme seus interesses em determinados momentos históricos e que esse processo implica uma transformação contínua. (OLIVEIRA, 2008: p. 142)

Parte-se do princípio de que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico propriamente dito e este diz respeito às interações da sociedade com a natureza.

O espaço geográfico constitui um sistema de objetos e um sistema de ações que é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único da história que se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (SANTOS: 2008, p. 58)

Dessa forma, o estudo da disciplina de geografia nas escolas pode vir a possibilitar que o aluno tenha uma maior compreensão do espaço em que vive e da sociedade a que pertence e por isso então a própria justificativa da temática deste trabalho que estuda a possibilidade de o aluno ter o reconhecimento de ser autor e transformador do meio em que vive.

O ensino da geografia deve priorizar o espaço geográfico e suas relações sociais, ambientais, territoriais e humanas.

O objeto central do ensino da Geografia reside, portanto, no estudo do espaço geográfico, abrangendo o conjunto de relações que se estabelece entre os objetos naturais e os construídos pela atividade humana, ou seja, os artefatos sociais. (PCN: 2002, p. 44).

¹ Graduado em Geografia (UNAR), gfprado@yahoo.com.br

² Coautora do artigo (UNAR), renataluigia@bol.com.br

³ Coautor do artigo (UNAR), heldergasperoto@ig.com.br

O ensino da geografia deve rumar rumando para novos caminhos e novas abordagens, possibilitando aos alunos uma maior compreensão sócio espacial visando obter uma sociedade consciente que transforme o ambiente com compreensão e sustentabilidade.

O ENSINO GEOGRÁFICO

Em se tratando do saber geográfico, analisa-se *a priori* seu objeto de estudo central o espaço geográfico, o qual significa de modo objetivo que o homem possui interações com o meio em que vive e, segundo Santos (2008, p. 22) constitui “um sistema de objetos e um sistema de ações”.

Tais interações homem-meio fazem com que esse meio entre em transformação a partir da interferência ativa do ser humano, de forma a criar e recriar sua permanência no espaço.

Existem vários ramos que se especificam na área da geografia, por exemplo: geografia cultural, geografia do desenvolvimento, geografia econômica, geografia das religiões, geografia do transporte, demografia, etc. E todos esses elementos estudam a sociedade levando em consideração o próprio espaço, e já que para se conhecer uma sociedade é preciso saber como é o seu comportamento, seus costumes, tradições, culturas. Enfim, a geografia vai delimitar de maneira inteligente o perfil da população de determinado local, traçando suas características próprias, as quais denominarão fator determinante nos estilos da apropriação do espaço, lembrando que a referida sociedade configura um elemento ativo na transformação espacial.

Devem ser levados em consideração alguns estudos do saber geográfico como a climatologia, geomorfologia, hidrografia, pedologia, etc. Tais conhecimentos derivam da geografia física e auxiliam na compreensão do mundo no que diz respeito ao território habitado e as características do mesmo e além disso as relações da geografia física com a geografia humana intensificam essa compreensão, pois o território deve ser visto como resultado do ambiente interferido pela sociedade.

À medida que o território se desenvolve, adquire contornos geopolíticos juntamente com a diversidade e complexidade das relações sociais de convivências e diferenças culturais que se estabelecem em um mesmo espaço, e dessa forma teremos então diferentes escalas de poder que se expressam em patamares diferentes com vistas ao poderio do Estado-nação, assim como é da mesma forma visível as relações sociais entre pessoas de uma mesma população e o jeito que a mesma se organiza a fim de formar esse território propriamente dito.

Assim surge em meio ao território a geopolítica que define as relações de poder entre Estado e sociedade, levando em consideração não só os processos políticos, mas também os aspectos geográficos do local (fronteiras, localização, recursos naturais) e dessa forma o aprendizado da geopolítica ampliam não só a visão de mundo, como também as relações do domínio de poder no espaço e juntamente as influências e intervenções sociais.

Em se tratando das observações de imagens, o conceito de paisagem se faz presente na geografia, descrevendo e delineando o território a partir da própria visão, ou seja, a paisagem nada mais é do que a imagem que a visão alcança.

Além disso, emerge na geografia o conceito de lugar, o qual possui seus próprios sentidos e significados e basta compreendê-lo para se analisar o homem na sociedade.

Lugar é o sentido do pertencimento, a identidade biográfica do homem com os elementos do seu espaço vivido. No lugar, cada objeto ou coisa tem uma história que se confunde com a história dos seus habitantes. (TUAN, 1983, p. 14)

Tantos conceitos, um único objetivo: integrar a sociedade com o espaço por ela habitado, para que os dois formem um sistema conjunto de interações e relações internas, seguindo sempre em rumo de equilíbrio, harmonia e sustentabilidade. Segundo Carvalho (2008), “a geografia há muito decolou, ganhou o “seu” espaço, descobriu e enxergou os homens “dentro” dele”.

É preciso saber que cada aluno, sendo um ser histórico, traz consigo suas próprias experiências de vida e desse modo, cada educando verá o assunto tratado de uma forma diferente.

Ensinando o Saber Geográfico: 1990 E 2010

Observa-se que os livros didáticos de geografia da década de 90 apresentam algumas características peculiares e que se contrapõem aos do ano atual, 2010.

É preciso compreender em primeiro lugar que apesar de tais diferenças, a década de 90 é o período que mais se aproxima da realidade do ensino atual, visto que vários conceitos geográficos como o lugar, a paisagem, o território, espaço etc. começam a ter maior relevância e significado em ensiná-los como afirma Milton Santos (2008) que o espaço geográfico constitui “um sistema de objetos e sistema de ações”.

A década de 90 representou para a geografia uma mudança estrutural do processo ensino-aprendizagem, visto que com a ênfase dada ao “espaço geográfico”, o estudo da compreensão da dinâmica espacial ao lado de uma sociedade transformadora passa a ser objeto de estudo pertinente e que revela outros conceitos geográficos em ascensão (paisagem, território, lugar).

Entretanto, o espaço geográfico ainda não possuía a importância que deveria ter, ou seja, não era estudado tão profundamente como atualmente e é nessa circunstância que as diferenças do ensino da geografia na década de 90 se diferem do ano atual.

Analisa-se *a priori* a divisão entre geografia física / geografia humana / geografia econômica. Nos livros didáticos analisados, essa tríplice era estudada separadamente de forma a não vincular esses assuntos, mas essa regra sendo seguida, acaba por limitar a espontaneidade dos assuntos e dos fatos. Isso revela uma questão de dicotomia na disciplina da geografia, visto que essa divisão da matéria em “blocos” já tinha se resolvido, pois vários geógrafos analisaram que a geografia deve ser ensinada com visão de conjunto entre as três abordagens (física, humana e econômica).

Deixamos o curso anormal e irregular das coisas correr. Adotamos uma bibliografia básica, que pode ser do Brasil ou do Japão (...) a ladainha é sempre a mesma: o quadro físico, o quadro humano, o quadro econômico. Pode mudar o país, a região, pode até ser o mundo inteiro que essa receita didática da geografia não falha. O argumento da separação é sempre o mesmo: o tratamento didático. (CARVALHO, 2008, p. 82)

Cita-se também a respeito dos livros antigos a alusão aos governos militares e suas respectivas ações no governo, os planos, as formas de investimentos, etc. e são destacadas todas as benfeitorias desse período e vale lembrar que a escola pode e quase sempre é aparelho de reprodução ideológica do estado por ser formadora de opinião e conhecimento.

Usam-se frases do tipo “os anos do “milagre” cristalizaram um modelo econômico” (MAGNOLI: 1996, p. 59), “a política econômica dos governos militares aprofundou o

modelo de industrialização acelerada”(MAGNOLI: 1996, p. 59), “o acelerado crescimento da produção industrial revela um enorme esforço governamental”(MAGNOLI: 1996, p. 58), “os vinte anos de governo militar transformaram o Estado brasileiro em um verdadeiro gigante econômico” (MAGNOLI: 1993, p. 46), “a expansão do Estado que ocorreu durante o governo militar” (MAGNOLI: 1993, p. 47).

Além de vários outros destaques como esses aos governos militares, analisam-se fotografias de presidentes da ditadura cercados pela população e geralmente segurando troféus ou algo que possa representar cenas de vitórias. Isso é altamente influenciável visto que a escola de um modo geral é formadora de opiniões, pois ao tratar do assunto em relação, espera-se que os alunos façam observações a respeito e o próprio professor terá de trabalhar os textos e imagens contidos nos livros didáticos.

No que diz respeito aos livros didáticos atuais, estes mostram os dois lados dos governos militares ditatoriais. De um lado o crescimento econômico e aumento das exportações aliado à ampliação do PIB (Produto Interno Bruto); de outro, o aumento estrondoso da dívida externa e da desigualdade social, aliados ao aumento da pobreza. Os livros didáticos atuais descrevem o Brasil na época da ditadura do ponto de vista econômico:

As soluções encontradas foram desastrosas para o mercado interno de consumo: arrocho salarial, subsídios fiscais para exportação, negligência com o meio ambiente, desvalorização cambial, combate à inflação por meio da diminuição do poder aquisitivo. Essas medidas, adotadas em conjunto, favoreceram a colocação de produtos no mercado externo, mas prejudicaram o mercado interno, reduzindo o poder de compra do brasileiro. Assim se explica o aparente paradoxo: e economia cresce, mas o povo empobrece. (MOREIRA, 2008, p. 384)

Além disso, é exposto o slogan dos governos militares “Brasil: ame-o ou deixe-o”, a fim de mostrar que a população não deveria criticar ou questionar as atitudes do governo, apenas aceitar ou mudar de país.

Seguindo as diferenças, cita-se nos livros antigos que a maior parte dos gráficos são de difícil análise e possivelmente os alunos teriam complicações em compreendê-los, vários gráficos observados poderiam ter utilizado formas diferenciadas de representação a fim de tornar mais visível as informações neles contidas.

Talvez, mudando-se o modelo do gráfico, o mesmo tornaria a ser de fácil compreensão e o aluno poderia com autonomia interpretá-lo e refletir sobre as próprias idéias. Até mesmo para o professor, que os usaria como suporte e complemento para os textos trabalhados.

Analisa-se ainda que os antigos livros discorram sobre o preconceito étnico e há alguns que dedicam um capítulo exclusivo para o tema, porém intitulado “raças e racismo”, termo que após a época cairia em desuso. Começa o capítulo tentando explicar aos leitores “o que são raças”, e após isso tenta-se explicar se “o racismo tem base científica”, explana-se muito bem o assunto, desde suas raízes históricas até o conceito de miscigenação. As próprias atividades do capítulo em questão procuram fazer com que o aluno entenda que não há “raça pura” ou “raça brasileira”. Existe, portanto uma tentativa de se libertar desse “racismo”, educando e/ou reeducando a população a partir dessa população jovem da escola à abolição do preconceito “racial”.

Quando se referem ao Continente Africano, o estudo se intitula de várias maneiras: “A tragédia Africana”, “África: o espectro da fome”, “Um continente de famintos”; porém todas querem dizer a mesma coisa: os aspectos negativos da África, e realmente é o foco,

esquecendo-se de trabalhar com o desenvolvimento africano, a ascensão de metrópoles, o crescimento científico, enfim, não inserem a África no mundo global.

Diferentemente, na atualidade os materiais tratam esse tema de modo natural, sem entrar em maiores detalhes, fala-se apenas sobre o surgimento do homem e a evolução da espécie humana, para então em seguida tratar das culturas diferenciadas, em que os alunos compreendam que não há melhores ou piores culturas, são apenas diferentes, e respeitando a cultura alheia, respeitar-se-á a mesma maneira as etnias dos povos. Talvez, falar de “racismo” pode fomentar algo que nem ao menos deve existir.

Quanto a África, é dado destaque ao continente na medida em que privilegia seu estudo, mostrando não só seus aspectos negativos, mas também os positivos, inserindo o Continente Africano no mundo global.

Além disso, é colocada em evidência especial a herança cultural que o Brasil herdou da África: culinária, samba, capoeira, entre outros.

Esse fato é fácil de entender, pois somente a partir de 2003 é que foi promulgada a lei nº 10.639 que alterou a Lei das diretrizes e bases da Educação (LDB), passando-se a exigir que as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio incluíssem no currículo o ensino da história e cultura afro-brasileira. Portanto na década de 90, falar da África na geografia significava falar de pobreza e fome.

Para concluir, observa-se que os materiais atuais dão maior ênfase a assuntos ligados ao meio ambiente. Quando se fala em degradação ambiental, tais materiais mostram as problemáticas e afirmam com certeza que são necessárias mudanças de atitude por parte da população para reverter as situações lamentáveis que ocorrem no cotidiano de forma concreta. Analisa-se então que aqui existe uma mudança conceitual e ideológica na questão ambiental.

Ao tratar-se dos assuntos ligados ao transporte, energia, industrialização, urbanização, etc, há uma preocupação muito grande em deixar evidente os impactos ambientais.

Os livros antigos são um tanto diferentes quanto a esse aspecto, visto que os assuntos ligados à agressão ao meio ambiente estão contidos sempre num capítulo a parte, não relacionando dessa forma as ações humanas diretamente aos impactos ambientais. O termo “sustentabilidade”, tão usado hoje para designar um desenvolvimento que seja sustentável tanto para a natureza, quanto para os humanos, não é citado nos livros antigos e nem mesmo seus preceitos, os quais apresentam importância no manejo da exploração ambiental. Pode-se dizer ainda que na época, a preocupação ambiental parecia algo distante aos alunos. Existe um texto que se intitula: “mudanças no clima global: a vida humana corre perigo?”, nele pode-se perceber claramente que as mudanças climáticas globais eram uma interrogação, ou seja, algo que poderia acontecer, quase que como uma previsão.

Entretanto atualmente sabe-se que esse é um assunto comprovado que diz claramente e de forma objetiva que se a população não mudar seu estilo de vida e produzir com “sustentabilidade”, os impactos ambientais irão prejudicar a vida do homem.

Ao implementar um projeto de educação para o ambiente, estaremos facilitando aos alunos e à população uma compreensão fundamental dos problemas existentes, da presença humana no ambiente, da sua responsabilidade e do seu papel crítico como cidadãos de um país e de um planeta. Desenvolveremos assim, as competências e valores que conduzirão a repensar e avaliar de outra maneira as suas atitudes diárias e as suas conseqüências no meio ambiente em que vivem. (EFFTING, 2007, p. 31)

GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL, NOVO HORIZONTE NA GEOGRAFIA ATUAL?

A discussão sobre os impactos ambientais causados pelas ações antrópicas toma destaque na atualidade devido à degradação do planeta Terra, desgaste do solo, agressão aos ecossistemas e ameaça de extinção a algumas espécies. Além disso, destaca-se a preocupação de se solucionar as graves conseqüências do aquecimento global que estão prejudicando a vida no planeta como um todo. Nessa circunstância, torna-se indispensável o estudo do meio ambiente.

Observa-se que em meados do século XX, em que há o início das discussões acerca do meio ambiente, este era visto vinculado quase que totalmente às questões puramente naturalistas, logo, falar em meio ambiente significava falar em natureza ou meio natural. Entretanto esse conceito tem mudado, visto que a própria palavra “meio ambiente” tem seu significado de que “meio” seria o próprio espaço, trazendo em questão o conceito de “meio geográfico”, que desde o início do século passado tem por objetivo compreender os diferentes espaços geográficos numa perspectiva ambientalista globalizante.

Porém, não se deve empregar “meio geográfico” como um sinônimo de “meio ambiente”, pois é como Francisco Mendonça analisa:

Todavia, o conceito de meio geográfico não deve ser concebido como sinônimo de ambiente, ou de meio ambiente, conforme o emprego e significado atual deste último, pois não se trata mais somente de uma determinada concepção científica do objeto de estudo da geografia, afinal o momento histórico contemporâneo impregnou o conceito atual de ambiente de considerável complexidade. (MENDONÇA, 2001, p. 116-117)

Assim, emerge a tendência ao estudo “socioambiental”, complexo e abrangente, que surge realmente a fim de estabelecer as relações humanas no ambiente e afirmar que o homem é componente ativo no contexto espacial.

Os dois termos que formam a palavra possuem a tentativa de atrelar a sociedade ao ambiente e suas inter-relações:

O termo “sócio” aparece, então, atrelado ao termo “ambiental” para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea. (MENDONÇA, 2001, p. 117)

Essas mudanças na concepção do meio ambiente possibilitaram o conhecimento das novas formas de se resolver os problemas e os impactos ambientais, e dessa maneira é que a referida dimensão social no espaço obteve o termo “socioambiental”. Essas dimensões atuam de forma indissociável e uma influencia diretamente a outra. Para entender melhor, exemplifica-se associação entre natural e social. Invasão de encosta é um problema ambiental já que as encostas devem ser preservadas, mas é social, visto que a população mais pobre ali se aloja estando assim sujeita ao desmoroamento.

Ou seja, dessa forma a natureza passa cada vez mais a fazer parte e a pertencer à sociedade, porque devido às constantes mudanças e transformações, o meio ambiente sente gradativamente os efeitos da interferência humana. Milton Santos lembra:

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e

de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional*. (SANTOS, 2008, p. 238)

As diversas sociedades traduzem em agrupamentos de pessoas que vivem de formas diferenciadas e dessa maneira interagem com o ambiente com características próprias e individuais. Cada sociedade causa no ambiente diferentes impactos que seguem como modelo o seu estágio de desenvolvimento.

Observa-se que o estudo da geografia não pode apenas focar-se nos problemas ambientais, pois seus estudos acerca da sociedade e do espaço são extensos e com vários conceitos, além disso, o saber geográfico possui complexidade e suas novas abordagens afastam de certa forma idéia de que a geografia seja sinônima de natureza.

Assim também se pode dizer da geografia física, que sua abordagem a respeito dos estudos ambientais caracteriza apenas pequena parte do rol de seus estudos.

É então necessário ter muita cautela e discernimento, pois nem tudo que é geográfico é ambiental. Neste mesmo sentido é também preciso assinalar que nem tudo que é produzido na perspectiva da geografia física deve receber o rótulo de ambiental, pois muitas contribuições não se configuram como tais, ainda que importantes. A característica de ambiental de um estudo não o faz melhor ou pior que nenhum outro elaborado em conformidade com outras correntes, quer sejam da geografia ou de outra ciência – o faz apenas distinto dos demais. (MENDONÇA, 2001, p. 123)

Portanto, a geografia socioambiental parece indicar um caminho para explicitar os conflitos decorrentes das interações entre sociedade e natureza. É a diversidade dos problemas que vai dizer se o enfoque será mais social ou mais natural, enfocando quase que exclusivamente nas resoluções desses referidos problemas, colocando-os como ponto principal de discussão.

A partir do momento em que se analisa a geografia socioambiental como possuidora de uma construção histórica, constata-se que a riqueza do estudo geográfico está na pluralidade de seus enfoques, e assim condiciona-se o saber geográfico à necessária simultaneidade de novos olhares, novas técnicas e novas perspectivas sobre o objeto de estudos da geografia.

Impõe sobretudo a abertura das mentes para se criar o novo, o diferente, o que superará o estágio de dificuldades e limitações de apreensão do real que tão marcadamente ainda caracteriza o presente. Um novo pensamento, desencadeador de mudanças, não se consolida se não exercitar um diálogo de saberes distintos e sem demover resistências, mas estes acabam por lapidá-lo, pois lhe proporcionam a experimentação de ousadias e profundo repensar de formulações. (MENDONÇA, 2001, p. 129)

Contudo, pode-se analisar a geografia socioambiental como um novo horizonte na geografia atual, o qual esboça um novo caminho, dos novos modos e metodologias de se compreender e enfrentar os impactos ambientais contemporâneos e levando como referência de estudos o homem e o meio. Dessa forma, os problemas enfrentados na degradação do meio ambiente terão como centro de discussão a interação homem-meio, cuja interação é propriamente dita responsável pelos impactos ambientais. Em outras palavras, a geografia socioambiental é um caminho para se estudar a problemática ambiental.

Enfim, a geografia socioambiental é um novo rumo da geografia dentro da educação que se faz presente para confirmar que o ensino geográfico é mais que o estudo ambiental, é fundamental para a compreensão da sociedade e suas contradições.

CONCLUSÃO

O ensino de geografia passa por intensas mudanças e renova-se a cada momento, isso se faz necessário para que o ensino aprendizagem seja dinâmico e acompanhe o atual momento do aluno, que vive em um mundo marcados por mudanças.

Mas não é só isso, é um ensino que tem como dever ressaltar os processos de ocupação e regionalização do território brasileiro: históricos, econômicos, sociais e culturais, abordando seus aspectos positivos e negativos, assim como a problemática ambiental, social e econômica, refletidas no meio rural e urbano, analisando os desequilíbrios causados pela divisão territorial brasileira.

ABSTRACT

The discipline of geography has undergone changes and this work engages in discussion of these changes of the 1990s and 2010 comparing the two periods, in order to meet the changing needs of conceptual geography as a subject heading for new ways and new approaches that enable students greater spatial and social understanding, in order to obtain a conscious society that transform the ambience with insight and sustainability.

Keywords: Geographical Knowledge. Geographic space. Social and Environmental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. A.; RIGOLIN, T. B. **Geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 2008

ANTUNES, Celso. **Geografia e participação**. São Paulo: Scipione, 1993

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Geografia. Ministério da Educação. Brasília, DF: 2002.

CALLAI, Helena C. A geografia e a escola: Muda a geografia? Muda o ensino? In: **Terra Livre**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 16, 1º semestre/2001

CALLAI, Helena C. O meio ambiente no ensino fundamental. Espaços da escola. Ijuí, v.4, n.27, p. 31-42, 1998.

CARVALHO, M. B.; PEREIRA, D. A. C. **Geografias do mundo**. São Paulo: FTD, 2009.

_____. . A natureza da geografia no ensino médio. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino da geografia?** São Paulo: Contexto, 2008.

MAGNOLI, D.; ARAÚJO, R. **A nova geografia**: Estudos de geografia do Brasil. São Paulo: Moderna, 1996

_____. **Geografia geral e do Brasil**: Paisagem e território. São Paulo: Moderna, 1993

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. In: **Terra Livre**. São Paulo: Associação dos geógrafos brasileiros, n.16, 1º semestre/2001

MOREIRA, J. C.; SENE, E. **Geografia ensino médio - volume único**. São Paulo: Scipione, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia, teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino da geografia?** São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed.. São Paulo: Edusp, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VESENTINI, José William. **Sociedade e espaço**. São Paulo: Ática, 1990.